

PODER POLÍTICO LOCAL E AS POLÍTICAS TERRITORIAIS: O CASO DE NOVA MAMORÉ – RONDÔNIA

Herbert Lins de Albuquerque¹
José Januário de Oliveira Amaral²

RESUMO

A presente análise em Geografia Política tem por objetivo, compreender as estratégias utilizadas pelo poder político local para organizar o espaço através das políticas públicas territoriais desenvolvidas no município de Nova Mamoré/RO, e com isso, obter resultados eleitorais positivos mediante o voto. Para tanto, realizou-se uma revisão de literatura em Geografia Política e nos periódicos Capes - artigos disponibilizados na íntegra em português, inglês e espanhol, publicados em revistas eletrônicas indexadas, análise da representação política no município de Nova Mamoré - estado de Rondônia, localizado na Região de Faixa de Fronteira entre o Brasil e a Bolívia, através da coleta de dados dos resultados eleitorais junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) correspondente ao período de 1988 – 2016, por sua vez, foi analisado o orçamento municipal de 2006-2016 no intuito o papel das políticas territoriais desenvolvidas para organizar o espaço geográfico local.

Palavras Chaves: 1. Geografia. 2. Amazônia. 3. Fronteira.

RESUME

PODER POLÍTICO LOCAL Y LAS POLÍTICAS TERRITORIALES: EL CASO DE NOVA MAMORÉ – RONDÔNIA

El presente análisis en Geografía Política tiene por objetivo, comprender las estrategias utilizadas por el poder político local para organizar el espacio a través de las políticas públicas territoriales desarrolladas en el municipio de Nova Mamoré / RO, y con ello, obtener resultados electorales positivos mediante el voto. Para ello, se realizó una revisión de literatura en Geografía Política y en los periódicos Capes - artículos disponibles en su totalidad en portugués, inglés y español, en el municipio de Nova Mamoré, estado de Rondônia, ubicado en la región de franja de frontera entre Brasil y Bolivia, a través de la recolección de datos de los resultados electorales ante el Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para el período de 1988 a 2016, a su vez, se analizó el presupuesto municipal de 2006-2016 para el papel de las políticas territoriales desarrolladas para organizar el espacio geográfico local.

Palabras claves: 1. Geografía. 2. Amazonia. 3. Frontera.

¹ Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Mestrado e Doutorado da Universidade Federal de Rondônia e pesquisador vinculado ao Grupo de Pesquisa: Gestão do Território e Políticas Públicas na Amazônia.

Contato: herbertvencedor@hotmail.com

² Pós-Doutorando junto ao Laboratório de Geografia Política, Planejamento Territorial e Ambiental – LABOPLAN/Departamento de Geografia/FFLCH/USP; Líder do Grupo de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão Territorial Na Amazônia/UNIR/CNPq; Prof. Dr. Associado do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Rondônia– UNIR (januarioamaral10@gmail.com)

Introdução

Neste artigo³, foram analisadas questões referentes às relações de poder político e as políticas territoriais desenvolvidas no município de Nova Mamoré (Rondônia) – berço do Madeira⁴. Para melhor compreensão da tematização, foi realizado um estudo com relação às ações do poder executivo municipal e às políticas públicas aplicadas no território local.

O espaço geográfico pode ser considerado um instrumento de grande importância para o Estado e a sociedade. Nele ocorre uma dinâmica espacial para a ação do poder e suas territorialidades. Sendo assim, o domínio do espaço é decorrente de práticas do poder, conseqüentemente, criam-se territórios.

Há quatro séculos a palavra *progresso* se manifesta no cotidiano da humanidade ocidental. No caso do Brasil, a palavra figura na bandeira nacional com a seguinte frase positivista: “Ordem e Progresso”. De modo geral, com o passar do tempo, tal palavra deu origem e consolidou as novas percepções humanas sobre as ideias de desenvolvimento.

Considerando as estratégias de *competitividade* impostas pelo capital, as manifestações anteriores, de convívio social no uso do território, são cristalizadas. Assim, as relações sociais estabelecidas em escala local/regional no cotidiano, dão origem a novas ideias e conceitos associados ao *ideal de desenvolvimento*.

A humanidade vivencia uma revolução *técnico-científico-informacional* e nesta fase histórica os Estados passam a desenvolver novos papéis em uma sociedade de economia mundializada e interligada aos lugares mais distantes, graças aos avanços da tecnologia.

Os conceitos de “território”, “poder político” e “políticas territoriais”, possibilitaram a observação do jogo de poder dos grupos políticos locais, dos fenômenos produzidos por eles, bem como das práticas sociais estabelecidas no território político.

Nesse exercício de Geografia Política, a seguinte questão foi formulada: quais tipos de políticas territoriais, em escala local, estão emergindo para se obter

³ Este artigo foi apresentando parcialmente com o título “Territorialidade do voto e as políticas territoriais em Nova Mamoré – Rondônia, no XVIII Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) realizado na cidade São Luís – Maranhão, de 24 a 30 de julho de 2016.

⁴ Alusão ao rio Madeira pertencente a Bacia Hidrográfica da Amazônia.

resultados políticos? Através dessa indagação, buscou-se uma melhor compreensão das estratégias utilizadas pelos grupos políticos locais para organização do território e obtenção do voto.

O campo de estudo deste trabalho é o município de Nova Mamoré que se encontra situado a 276 km de distância de Porto Velho (capital do estado de Rondônia). A área total deste município é de 10.072 km², sendo considerado o 4º maior município em extensão territorial do estado. Possui uma população de 22.546 habitantes (IBGE, 2010) e teve sua origem a partir da desativação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (E.F.M-M) e abertura da rodovia federal BR. 425 no ano de 1968.

Com a desativação da estrada de ferro, ocorreu o deslocamento dos habitantes que viviam no povoado Vila Murтинho, para onde hoje está localizado o município de Nova Mamoré. Este povoado encontrava-se localizado na faixa de fronteira entre o Brasil e a Bolívia, mais precisamente, na confluência dos rios Mamoré e Beni. O Município de Nova Mamoré é considerado pela Geografia como o berço do rio Madeira. No povoado de Vila Murтинho, existia uma estação de trem que servia para escoar toda a produção de látex (borracha) proveniente dos seringais da região.

O território de Nova Mamoré possui reservas indígenas e é subdividido nos distritos de: Palmeiras, Nova Dimensão, Jacinópolis, Araras, Marechal Rondon e a sede. Por fim, o município em questão é considerado um importante corredor ecológico por possuir grandes reservas de florestas que são protegidas por um parque estadual e uma unidade de conservação federal.

Neste contexto, com base no referencial teórico disponível, levantamento de dados dos resultados eleitorais e orçamentários do município, procurou-se analisar a configuração do jogo de poder no território político e suas territorialidades.

A geografia política, território, territorialidade do voto e as políticas territoriais

Após passar pelo regime autoritário da Ditadura Militar, o Brasil procura caminhos para consolidar sua democracia representativa. Contudo, pode ser considerada uma representatividade marcada pelas práticas políticas tradicionais no jogo de poder. Tal afirmativa é possível fazer mediante os últimos escândalos de

corrupção no noticiário nacional desde o impeachment da ex-presidente da República Dilma Vana Rousseff⁵.

Inicialmente, para efeito de estudo, deve-se “partir da consciência da época em que vivemos” (SANTOS, 2008, p. 115). Assim, é relevante observar as ações dos seres humanos e os fenômenos por eles produzidos no “uso do território”.

Nas democracias modernas os fenômenos se manifestam com nitidez a partir dos resultados eleitorais, do jogo de poder político e uso do território, porque as *práticas sociais* (HAESBAERT, 2010, p. 169-170) que se engendram na democracia, exigem repensar/renovar as *políticas territoriais* (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2005, p. 43). Em outras palavras, Albuquerque (2015, p. 73-74) afirma que os grupos ocupantes dos espaços de poder sabem utilizar de “estratégias partidárias” no sentido de “organizar o espaço e com isso, obter resultados políticos mediante o voto”.

Para Castro (2009, p. 139), “[...] o espaço geográfico é intrinsecamente político, ou seja, ele é a arena de conflitos e, conseqüentemente, de normas para a regulação que permite o seu controle”. Assim, sendo o município de Nova Mamoré um recorte federativo legal, com autonomia político-administrativa em escala local, seus limites constituem-se num território político formal para os cargos eletivos de prefeito, vice-prefeito e vereadores.

No regime democrático, o ser humano precisa tomar consciência da prática social e política no uso do território (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p. 19). Com isso, o exercício de poder pelo voto e a participação social no ato eleitoral faz com que os indivíduos ou grupos sociais estabeleçam relações no território concebido-vivido (RAFESSTIN, 1993, p. 22).

A territorialidade pode ser definida como uma maneira do ser humano ser controlado pelo Estado (CASTRO, 2009, p. 96). Nesse sentido, o poder social ocorre mediante os fenômenos de controle, influência, ações e relações políticas no uso do território ao longo da história. Todavia, o exercício do poder através do voto⁶ pode ser entendido como uma manifestação do indivíduo durante e depois do processo eleitoral na escala local, regional e nacional.

⁵ Economista e política brasileira, filiada no Partido dos Trabalhadores e ex-presidente do Brasil, tendo exercido o cargo de 2011 até seu afastamento por um processo de impeachment em 2016.

⁶ O voto direto e secreto no modelo político brasileiro atual (Estado democrático de direito) representa a expressão que todo poder emana do povo.

Quando analisados os resultados eleitorais na escala local, podemos observar que não houve a tomada de consciência dos eleitores, na grande maioria. Nesse sentido, é questionável o comportamento do eleitor na participação dos processos eleitorais, ou seja, a grande maioria não percebe que “a escolha eleitoral é a resposta dada pelos cidadãos às políticas públicas territoriais” (CASTRO, 2009, p. 159).

No entanto, verifica-se que o exercício de poder através do voto não é visto como ápice do exercício de cidadania, mas como uma forma de obter vantagens pessoais junto aos candidatos envolvidos na competição eleitoral como, por exemplo: cestas básicas, consultas e exames médicos, retirada de documentos como carteira nacional de habilitação (CNH), material de construção, entre outras.

O processo eleitoral instalado deve ser compreendido como a renovação do contrato social (ROUSSEAU, 1968) entre a sociedade e o escolhido para representá-la. Desse modo, torna-se relevante observar o conceito de flexibilização do controle exercido pelo Estado em relação ao território (BECKER, 1991, p 47-56) e seus múltiplos poderes que produzem *novas formas*.

Dentre os novos fenômenos que surgiram com a redemocratização do país após a Constituição de 1988, podemos observar o aumento da descentralização do poder político local (DALLABRIDA, 2011, p. 40-41). No entanto, as tradições centralistas e de controle do território, que remontam a organização colonial, revelam a persistência do “autoritarismo político” (MARTINS, 1994, p. 146), muito diferente em tese, pelos *interiores* do Brasil, do “poder carismático” defendido por Weber (2005, p. 27). Portanto, as práticas tradicionais de fazer política persistem como forma de preservar os privilégios das elites e são, muitas vezes, influenciadas por poderosos “chefes políticos regionais” (LEAL, 1997, p. 64).

O conceito de multidimensionalidade do poder (RAFFESTIN, 1993) permite compreender a ação dos diferentes atores que se manifestam no espaço. Assim, a ideia de progresso associada às novas práticas sociais no uso do território, concebe políticas públicas territoriais que visam promover o desenvolvimento local.

Os “donos do poder” no município de Nova Mamoré/RO

É desafiador analisar e descrever quem são os dos “donos do poder” numa escala local, regional e nacional. Todavia, para melhor compreensão desse fenômeno no território político, se faz necessário o entendimento das relações de poder estabelecidas no território.

Costa (1988) afirma que as políticas territoriais adotadas com o intuito de potencializar e desenvolver a região amazônica, mesmo sendo de forma tardia, possibilitou a “integração da Amazônia brasileira à economia nacional”. Como forma de procedimento metodológico, é relevante uma análise da representação política do município desde o seu processo de emancipação político-administrativo.

Para a realização do presente estudo em Geografia Política, definiu-se primeiramente o território como categoria de análise e depois se optou pela escala local. Em seguida, o referencial teórico foi minuciosamente separado para concepção do conhecimento sobre os conceitos abordados em relação ao tema.

Desse modo, foram pesquisados textos científicos, páginas da internet, revistas e artigos nos periódicos Capes/CNPq. Por fim, foram levantados dados dos resultados eleitorais das eleições municipais junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE)⁷, e também foram coletadas informações sobre o balanço financeiro anual junto à Prefeitura e Câmara de Vereadores do município em voga.

No presente estudo, a política foi concebida como conhecimento dos fenômenos relacionados à normatização e controle da vida humana no convívio em sociedade. Nesse sentido, a Geografia Política nos auxilia na compreensão dos fenômenos que se manifestam no uso do território mediante o planejamento político-administrativo, organização da administração pública e seu ordenamento (CASTRO, 2009), procurando resolver questões gerais, essenciais e específicas da sociedade local, regional e nacional.

Portanto, o planejamento de metas, valores e práticas com o propósito de vencer as desigualdades sociais e alcançar a felicidade (CASSIRER, 2003, p. 99) pode ser compreendido como políticas públicas territoriais.

Estudos identificam que a administração pública no Brasil, na maioria das vezes, caracteriza-se por uma confusão entre o público e o privado, ou seja, existe um processo eminentemente *formal* e *patrimonialista*. Nesse contexto, prevalece o

⁷ Resultados eleitorais das eleições municipais realizadas no município de Nova Mamoré, Rondônia do período de 1988 a 2012.

“clientelismo” e “favoritismo político” (FALEIROS, 2004, p. 28 e 30) dado pela apropriação corporativa e política da repartição pública, base de toda operação da administração pública.

Para o reconhecimento dos “donos do poder” no município de Nova Mamoré/RO foram analisados a partir desse ponto, os resultados dos pleitos eleitorais municipais conforme dados coletados junto ao TSE (Quadro 1).

Quadro 1. Resultado das eleições municipais do município de Nova Mamoré/RO.

Pleito eleitoral	Prefeito eleito	Partido	Votos nominais	% Votos válidos
1988	Jose Brasileiro Uchoa	PMDB	1.253	N/D*
1992	José Domingos dos Santos	PMDB	1.609	N/D*
1996	Vicente de Paulo Batista Rodrigues	PDT	2.645	57,14%
2000	José Antenor Nogueira	PMDB	2.079	39,91%
2004	Jose Brasileiro Uchoa	PPS	5.878	71,84%
2008	Jose Brasileiro Uchoa	PSB	3.617	35,00%
2012	Laerte Silva de Queiroz	PSDB	8.044	67,76%
2014	Claudionor Leme da Rocha	PDT	9.886	76,26%

Fonte: TSE

*N/D – Dados não Disponíveis

Com a realização da primeira eleição municipal no ano de 1988 após emancipação político-administrativa do município de Nova Mamoré/RO, coube ao senhor José Brasileiro Uchoa, o primeiro prefeito eleito pelo voto direto e secreto, desenvolver as primeiras políticas territoriais em escala local.

Mediante os dados demonstrados no Quadro 1, pode-se verificar que ocorreram oito processos eleitorais no território político de Nova Mamoré. Desse modo, os resultados eleitorais demonstram que o ex-prefeito José Brasileiro ocupou por três vezes o cargo de prefeito, figurou uma vez como vice-prefeito e numa única vez elegeu seu sucessor por meio da transferência de voto.

No pleito eleitoral de 1988, o então candidato José Brasileiro venceu seus concorrentes, tornando-se o primeiro administrador eleito do município. Esse contexto possibilitou-lhe ampliar o seu capital político em escala local. Nesse período, ainda não figurava o direito a reeleição aos ocupantes de cargos eletivos do Poder Executivo nas escalas: local, regional e nacional.

No entanto, o prefeito Zé Brasileiro, dentro do grupo que liderava como *chefe político local* (LEAL, 1997), apontou o nome de José Domingos dos Santos, o Tequinho, para disputar o pleito de 1992. Na ocasião desse pleito eleitoral, pelo

fenômeno da transferência de voto no território político, venceu o candidato apontado.

Na eleição de 1996, o prefeito eleito foi o médico Vicente de Paulo Batista Rodrigues, Doutor Vicente. Nesse pleito, José Brasileiro figurou na chapa como candidato a vice-prefeito. Em 2000, quando o ex-prefeito Dr. Vicente tentou a reeleição no pleito eleitoral municipal, foi derrotado pelo neófito em política, o senhor José Antenor Nogueira. Esse último contava com apoio dos "caciques" do PMDB regional, ou seja, do na época Senador Amir Lando e do Senador Valdir Raupp.

No pleito municipal de 2000, o resultado das urnas significou o obscurantismo político de duas lideranças políticas locais. O prefeito Dr. Vicente que tentou a reeleição e perdeu, amargando o último lugar na preferência do eleitor. O outro, derrotado por apenas quatro votos, o ex-prefeito Tequinho, que tentava por mais uma vez voltar a ocupar o principal espaço de poder de tomada de decisões do município.

Por sua vez, a vitória do senhor Antenor Nogueira por quatro votos sobre seu principal concorrente no pleito eleitoral de 2000, o ex-prefeito Tequinho, representou um duro golpe naquele que tinha sido produto de seu tempo e das circunstâncias políticas do meio político que o criou.

Aprovado o instrumento da reeleição para cargos do Poder Executivo, por meio da emenda constitucional n°. 16, de 4 de julho de 1997, que permitia a reeleição apenas uma vez por um mandato subsequente, o ex-prefeito Antenor Nogueira recuou, optando por não se lançar na disputa eleitoral de 2004.

Fora do poder, o ex-prefeito Zé Brasileiro continuou com suas "práticas políticas tradicionais" (MARTINS, 1994, p. 45), o que fez crescer seu carisma pessoal. Fortalecido politicamente, sem desgaste e rejeição do eleitorado, candidato pela segunda vez e sem apoio de chefes políticos regionais, venceu a disputa com mais de 70% dos votos válidos no pleito eleitoral de 2004.

Ocupando o principal espaço de poder de tomada de decisões, o prefeito José Brasileiro foi eleitoralmente alimentado e beneficiado pelas políticas públicas territoriais desenvolvidas na gestão do território, situação que o encorajou a disputar a reeleição no pleito municipal de 2008.

Contando com um amplo arco de alianças partidárias, lideranças empresariais externas, chefes políticos regionais, apoio dos líderes religiosos da

igreja católica e parte das evangélicas, o prefeito José Brasileiro numa margem apertada de votos, consegue derrotar seus adversários na urna.

No pleito de 2008, o prefeito José Brasileiro teve como adversários políticos, o senhor João Roberto, apoiado pelo setor madeireiro, empresarial e ruralista local; o professor Claudionor Leme, sindicalista e apoiado pelo Sindicato dos Servidores Municipais de Nova Mamoré (SINDINOVA); e a primeira suplente de deputada estadual, a senhora Ana Dermani, "Ana da 8", que fez sua carreira pela prática do clientelismo político⁸.

O candidato à reeleição, José Brasileiro, foi beneficiado com a fragmentação do território político devido ao número excessivo de candidatos ao cargo majoritário de prefeito. Tal fenômeno favorece quem se encontra com a máquina pública na mão. Assim, o candidato situacionista Zé Brasileiro ganhou vantagem, vencendo a eleição por pouco mais de 350 votos de diferença do segundo colocado, no pleito eleitoral de 2008.

No pleito de 2012, o prefeito José Brasileiro apoiou timidamente a candidatura da professora Cledeir Nunes que disputava o cargo de prefeita pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Essa candidata amargou o último lugar na disputa. Ressacados pela derrota de 2008, o setor madeireiro local lançou o industrial da madeira, senhor Laerte Queiroz (PSDB), como candidato a prefeito nesse pleito. O senhor Laerte Queiroz foi apoiado por uma grande frente de partidos, comerciantes locais, Maçonaria, igrejas evangélicas e chefes políticos regionais do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)⁹ e do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB)¹⁰.

A vitória do madeireiro Laerte Queiroz nas urnas com larga vantagem sobre os demais concorrentes no pleito de 2012 possibilitou o retorno da ocupação pelas elites dos espaços de poder e de tomada de decisões do município. Consequentemente, as políticas públicas territoriais desenvolvidas nas áreas de educação, saúde, saneamento básico, agricultura, regularização fundiária, esporte,

⁸ Desde antes de ser eleita vereadora, mantinha uma estrutura de marcação de consultas, exames e cirurgia pela estrutura do SUS, clínicas particulares na capital e Guayaramerín na Bolívia – região de fronteira.

⁹ Contou com apoio direto no palanque das lideranças políticas do governador Confúcio Moura, Senador Valdir Raupp, deputada federal Marinha Raupp, deputado federal Lúcio Mosquini e do deputado estadual Edson Martins, todos do PMDB.

¹⁰ Recebeu ainda o apoio do ex-senador Expedito Júnior e dos deputados estaduais da legenda, Euclides Maciel e Jean de Oliveira.

lazer, cultura e geração de emprego e renda, como praxe no jogo de poder em qualquer escala no Brasil, não tiveram sequência devido à rivalidade política local.

Com a eleição do industrial da madeira Laerte Queiroz, a prefeitura de Nova Mamoré passou a ser vista como trampolim para postos mais influentes na política estadual, ou seja, uma cadeira na Assembleia Legislativa do estado de Rondônia. Assim, fez imperar a lógica conservadora e clientelista de manutenção do poder, ficando ausente qualquer tipo de programa ou projeto voltado para o desenvolvimento local de forma sustentável. Dessa forma, a políticas territoriais se voltaram para área rural, em especial, as estradas rurais, construção e reforma de escolas de linha, reformas e construção de unidades de saúde e pequena valorização salarial dos servidores públicos municipais.

Laerte Queiroz poderia disputar a reeleição caso não estivesse impedido pela legislação ambiental. Uma vez fora do jogo eleitoral, o mesmo apresentou como sendo seu candidato a prefeito no pleito municipal de 2016, o vice-prefeito, professor Claudionor Leme da Rocha (PDT).

Por sua vez, o pleito eleitoral de 2016 foi marcado pelo fenômeno da transferência de voto e pela derrota fragorosa do mito José Brasileiro. Assim, o Professor Claudionor vence com 76,26% dos votos computados na urna eletrônica. Seu adversário obteve apenas 23,74% dos votos válidos. Todavia, quando analisado o quadro dos resultados das eleições municipais, verifica-se a decadência política do mito “Zé Brasileiro” na política local de Nova Mamoré (Rondônia).

Políticas territoriais modeladoras do espaço territorial

Desse ponto em diante, serão tratadas as políticas territoriais que serviram para modelar o espaço territorial no Município de Nova Mamoré (Rondônia). Portanto, o território é visto pela geografia como um espaço delimitado por relações de posse ou de poder, ou seja, aquele espaço que possui dono, alguém que controla e tem claramente o domínio sobre ele.

Sendo o Brasil um Estado-nação, ele exerce o poder, domínio e controle sobre o espaço e território que possui. Na presente análise, que se fundamenta no campo da Geografia Política, são observados os fenômenos geográficos que interferem direta e/ou indiretamente nos modos de vida e no uso do território.

Segundo Harvey (2015, p. 107-108):

Os seres humanos costumam produzir uma hierarquia acomodada de escalas espaciais com que organizar suas atividades e compreender seu mundo. Lares, comunidades e nações são exemplos óbvios de formas organizacionais contemporâneas existentes em diferentes escalas. Intuímos de imediato no mundo de hoje que o caráter das coisas se afigura distintos quando analisado nas escalas global, continental, nacional, regional, local ou do lar/pessoal.

Levando em consideração as palavras do autor (HARVEY, 2015, p. 107-108), no caso do Brasil, a organização do espaço territorial se estabeleceu a partir das relações da sociedade com a produção. O papel do Estado brasileiro nesse aspecto, como herança colonial, ganha centralidade, passando a ser o detentor do ordenamento ou reordenamento do uso do território.

Desse modo, a reprodução da sociedade, das relações de produção, mobilização de parcelas do espaço e de grupos sociais, removendo ou deslocando populações, quando analisadas, podem ser atribuídas ao Estado. Por exemplo, o processo de ocupação da região Centro-Oeste e Norte do Brasil.

Nas últimas décadas, com a intensificação do fenômeno da globalização e reprodução do capital nas escalas local, regional e nacional, criou-se nos países subdesenvolvidos, a exemplo do Brasil, um processo de desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 2015, p. 107).

Portanto, quando analisado o modelo de desenvolvimento geográfico desigual brasileiro, observa-se um cenário de grande diferenciação regional no país. Para vencer tais diferenciações, estados e municípios localizados nas regiões norte e nordeste do Brasil vem buscando viabilizar projetos de revitalização/reinvenção dos seus territórios.

Nesse limiar, os municípios procuram desenvolver políticas territoriais em torno da melhoria da infraestrutura local, concedendo incentivos fiscais para atrair investimentos industriais e por fim, formalizam parcerias entre o *entepúblico* e o *capital privado*, no intuito de melhorar os serviços prestados à população.

Como estratégia adotada pelo Estado, as parcerias públicas privadas como “solução local” para projetos de revitalização/reinvenção das cidades, expressam a importância do capital na reprodução econômica e social no uso do território.

Alvarez (2012, p. 64-65) afirma que “foi a partir das transformações espaciais de Barcelona, divulgadas constantemente como modelo para superação da ‘crise local’ das cidades”, que grandes projetos de revitalização/reinvenção de inúmeras cidades brasileiras e de outros países da América Latina foram inspirados.

Desse modo, as políticas espaciais destinadas a minimizar a geografia desigual nos países pobres procuram se apoiar nos interesses do capital acumulativo. Por isso, as políticas territoriais desenvolvidas na maioria desses países, a exemplo do Brasil, realizam seus investimentos na melhoria de infraestrutura das cidades com o intuito de aumentar o grau de competitividade e produtividade local.

Nesse sentido, o capital social é suplantado quando se recorre ao capital acumulativo para promover o desenvolvimento local. No entanto, nem sempre é o Estado o formulador das políticas territoriais, ou seja, existem os agentes de escala global, órgãos internacionais e agentes econômicos internacionais que ultrapassam fronteiras com o objetivo de ampliar sua área de influência e atender aos seus interesses.

Portanto, as políticas públicas territoriais que vão além do conhecimento sobre projetos, programas e planos, criados com o intuito de promover o desenvolvimento local, repercutem na economia e na sociedade. De acordo com Faleiros (2004, p. 33):

As políticas sociais são, assim, formas e mecanismos de relação e articulação de processos políticos e econômicos. Os processos políticos de obtenção do consentimento do povo, da aceitação de grupos e classes e de manutenção da ordem social estão vinculados aos processos econômicos de manutenção do trabalhador e das relações de produção das riquezas.

Com isso, segundo o autor (FALEIROS, 2004, p. 33), qualquer política pública desenvolvida ou implementada precisa explicar os fenômenos por ela produzidos no uso do território. Daí, não se pode deixar de observar as inter-relações entre Estado, sociedade, política e economia. Assim, as políticas sociais que modelam o espaço surgem por meio de um conjunto de instituições jurídicas e políticas de proteção social.

Todavia, nos países em desenvolvimento, como o Brasil, a intervenção do Estado se dá por meio de políticas assistencialistas e/ou de políticas sociais distributivas, Estado do bem-estar social. Sendo assim, regula e/ou propicia

condições de mobilização ou reprodução de uma parcela da população, considerada como uma função intrínseca ao Estado moderno, organizar os padrões de direitos sociais.

Por sua vez, o processo de ocupação do território e as políticas territoriais modeladoras do espaço territorial do município de Nova Mamoré (Rondônia), podem ser considerados, como uma ocupação induzida pelo Estado através de um projeto ambicioso de integrar a Amazônia (para não entregar) às demais regiões brasileiras.

Nesse sentido, os investimentos públicos como estratégia do Estado para ocupar e modelar o espaço foram induzidos para atenderem o capital privado, que os fixou e/ou flexibilizou no uso do território. Nesse caso, a reprodução da sociedade e do capital induzido serviu para modelar a região de fronteira da Amazônia Ocidental.

No caso específico da ocupação da região localizada na fronteira ocidental do estado de Rondônia, foram induzidas, primeiramente no rio Madeira, as expedições das drogas do sertão, a partir da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (ciclo da borracha). Depois, pela abertura da rodovia federal BR 425 e pelos programas integrados de colonização (assentamentos rurais).

Quando analisadas as especificidades dos municípios de Porto Velho, Nova Mamoré e Guajará-Mirim, inseridos nessa região de fronteira, a partir do estudo da história e da geografia regional, é possível observar que o espaço concebido desde a sua origem foi representado por modelos e/ou planos, que procuraram instrumentalizá-los para os interesses da reprodução do capital.

No município de Nova Mamoré, quando analisados o mapa e a planta da cidade (sede do município) e dos distritos, é observado o vazio de conteúdo social. Neste caso, a diferenciação social se revela na distribuição de atividades, edificações e pessoas no uso do território.

O modelo de ocupação e parcelamento do solo do município garante a eficiência do processo de produção e circulação do capital em escala local. Além disso, é nítido quando observadas as instalações das instituições públicas e de proteção aos bairros ocupados pelas elites locais.

O olhar geográfico permite observar a BR 425 como marco divisor social de Nova Mamoré, uma vez que a mesma teve sua origem às margens dessa rodovia sobre domínio federal. Assim, coube as porções leste e sul da cidade receberem a

sede da prefeitura, as escolas estaduais, o hospital municipal, o mercado público municipal, os correios, o Centro de Educação de Jovens e Adultos, o destacamento da Política Militar, a biblioteca municipal, o cemitério, os escritórios da Eletrobrás¹¹, da Caerd¹², da Emater¹³, e do Detran¹⁴, a garagem municipal, a primeira rodoviária, o estádio municipal, o centro de apoio ao turista, a praça de alimentação, o primeiro ginásio aberto, escola municipal de modelo padrão, a creche municipal, o posto de atendimento da Previdência Social, a nova Igreja Matriz, a Câmara Municipal de Vereadores, os bancos oficiais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), o Polo da Universidade Aberta (UAB), a Casa Lotérica, entre outros.

Portanto, os detentores de maior poder aquisitivo no município, a exemplo de funcionários públicos, comerciantes locais, pequenos industriais, garimpeiros, agricultores, pecuaristas e profissionais liberais, deram forma aos bairros localizados nas zonas leste e sul da cidade, ou seja, onde se encontram os principais investimentos públicos e privados em escala local.

Do outro lado, às porções oeste e norte da cidade foram dadas funções industriais, as indústrias madeireiras, por exemplo, fixaram-se nessa porção do território. Tal setor entrou em decadência recentemente. Nesse recorte urbano também se localizam os bairros periféricos e as residências da grande massa trabalhadora. Além disso, o “lixão a céu aberto”, que ainda não é aterro sanitário, foi instalado nessa região da cidade, bem as margens de uma área de proteção ambiental.

Percebe-se então que a cidade de Nova Mamoré foi planejada de modo impositivo pelo poder político e econômico local. O esforço desse planejamento funcionalista e domínio, ainda que em graus diferenciados, reproduziu um espaço que não mascara as contradições sociais nele existente, não podendo dissociá-lo dos processos dinâmicos econômicos e sociais que ocorrem em outras escalas geográficas.

O jogo de poder local e as políticas territoriais

¹¹ Empresa de capital estatal federal e geração e distribuição de energia.

¹² Empresa de capital estatal estadual de água e esgoto.

¹³ Empresa estadual de extensão rural.

¹⁴ Departamento Estadual de Trânsito.

Os resultados eleitorais analisados acima revelam um cenário de alternância de poder entre os grupos políticos locais, liderados pelo ex-prefeito José Brasileiro e seus adversários que surgiram às vésperas de cada pleito eleitoral.

O ex-prefeito José Brasileiro quando a frente da gestão do município desenvolveu políticas territoriais estruturantes. Foram realizadas obras que serviram para adequar os serviços prestados à população como a construção de prédios públicos, aquisição de maquinário, abertura de ruas e avenidas, construção de escola, hospital, postos de saúde, ginásios esportivos, praça de alimentação, estádio de futebol, realização de inúmeros concursos públicos e desenvolvimento de programas sociais com caráter assistencialista.

Nas eleições de 2012, o industrial da madeira Laerte Queiroz (PMDB) surge no cenário político local como fenômeno eleitoral. Eleito e empossado como prefeito do município, Laerte Queiroz impôs um modelo de gestão do território voltado para o desenvolvimento do agronegócio, extração da madeira e clientelismo.

Desse modo, as políticas territoriais foram direcionadas a abrir novas estradas rurais, recuperar e conservar as existentes, sob o domínio do município. Tal ação estimulou a criação de povoados em meio à floresta e por fim, promoveu através das instituições públicas, a reorganização técnica e social do trabalho por meio de cursos profissionalizantes e de capacitação voltados para produção agropecuária e atividade madeireira.

Para Santos (2012, p. 52): “[...] o mundo, como um todo, tornou-se uno para atender às necessidades da nova maneira de produzir, que passa por cima de regiões, países, culturas etc.”. Desse modo, a produção que se especializa em escala local através da presença de grandes áreas cultiváveis e de pastagens, substitui as paisagens historicamente dominadas pela floresta amazônica.

Com o fim do ciclo da borracha, do ouro e da madeira, o município ainda não pensou políticas territoriais que contemplem a revitalização/reinvenção do território marcado pelo abandono da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Como no caso dos galpões industriais de madeira que se encontram vazios, dos pontos comerciais fechados ou subutilizados no centro da cidade e por fim, dos edifícios históricos em ruínas, uma clara expressão de um processo de desvalorização cultural no âmbito local.

O processo visível de políticas territoriais que contempla a infraestrutura rural ganha centralidade, ou seja, cede às pressões do capital local que passou a concentrar sua riqueza na terra. Todavia, quando se pensa em cidade, questionamentos surgem e o assunto que se faz presente é a falta de planejamento e de políticas territoriais que “revitalizem”, “renovem”, “requalifiquem” ou “reabilitem” o uso do território, marcado por abandono e profundas desigualdades sociais.

Desse modo, as intervenções no urbano desvalorizam ou revalorizam os espaços territoriais. Valendo destacar que as políticas territoriais que concebem a revitalização/reinvenção das áreas urbanas devem ser lideradas por ações do poder local. Mesmo que o aporte de recurso seja proveniente de outros níveis, é preciso a tomada de consciência para a participação social. Portanto, as intervenções de interesses sociais devem ser no sentido de melhorar a qualidade de vida na escala local.

Apropriação do discurso da “crise de receita”

O tema “crise de receita” se faz presente nos discursos políticos do prefeito Laerte Queiroz (PMDB), desde que assumiu a prefeitura de Nova Mamoré. Em qualquer entrevista nos meios de comunicação, reuniões nos ambientes profissionais e nos lares, a fala predominante do gestor público municipal era pelo viés das perdas econômicas do município, da instabilidade na arrecadação devido à crise econômica que atravessa o país, aumento do desemprego e da violência em âmbito local.

Segundo Dallabrida (2011, p. 49)

A gestão do desenvolvimento como um processo de inserção social e autonomia, sem centralização, exige um conjunto organizado de atores públicos e privados, representativos dos diferentes segmentos da sociedade civil, do mercado e das estruturas estatais, com competência e visão de futuro, capazes de implantar um desenvolvimento democrático e descentralizado. Mas para que isso possa se efetivar é necessário pensar em avanços na democracia atual, de caráter representativo.

O pensamento do autor auxilia na compreensão das territorialidades do Estado administrativo e de governo, e seu poder de síntese permite a diferenciação breve dos conceitos de governança territorial e suas territorialidades.

Entende-se por governança a maneira que o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais, tendo em vista o desenvolvimento local, regional e nacional além do uso de autoridade mediante os arranjos institucionais que regulam o convívio em sociedade. Todavia, a governabilidade pode ser atribuída às condições sistêmicas do exercício do poder, no que envolve a forma de governo legítima, características do sistema político e partidário, as relações estabelecidas entre os poderes e a forma de mediação de conflitos e interesses.

Portanto, o saber econômico deve ser considerado, na presente reflexão, em relação a governança territorial em escala local, permitindo aprofundar essa análise a partir das instituições, dos procedimentos e estratégias do exercício do poder no uso do território.

Após o pleito eleitoral de 2012, os prefeitos recém-empossados de Porto Velho, Guajará-Mirim e Nova Mamoré, se depararam com a grande cheia do rio Madeira. Nesse caso, o início da gestão foi marcado por um fenômeno da natureza que causou sérios prejuízos econômicos a esses municípios.

Diante de tal circunstância imposta pela natureza e da *eventual* queda de receita, o prefeito Laerte Queiroz, desde sua ocupação do principal espaço de poder em Nova Mamoré, fez uso de um discurso *pessimista* em torno da “crise local” em entrevistas e reuniões públicas. Tal discurso de crise local do gestor municipal inquietou os autores do presente artigo.

O prefeito Laerte Queiroz quando em público, argumentava sobre a dificuldade de gestão administrativa do município devido à queda da arrecadação própria, da diminuição no repasse federal, à falta de formalização de convênios estaduais e por fim, à reprodução do capital que desapareceu no âmbito local.

Como procedimento técnico-metodológico nessa fase de estudo, foi analisado o Balancete Financeiro Anual da prefeitura de Nova Mamoré (Rondônia). O período de levantamento foi do ano de 2012, que marca o fim da gestão do ex-prefeito senhor José Brasileiro (na época filiado ao PSB) que passou oito anos à frente do comando da prefeitura, até os períodos recentes de 2013 a 2015, correspondentes aos três primeiros anos de gestão do atual prefeito senhor Laerte Queiroz (PMDB).

Geralmente, os prefeitos brasileiros dos municípios do porte de Nova Mamoré manifestam seu descontentamento com as perdas da receita. Nesse caso, os gestores pedem compensação das perdas com o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Por sua vez, adoção de mecanismos na reforma tributária que garantam a ampliação das receitas das prefeituras com o intuito de fomentar investimentos em serviços e programas, aquecendo assim a economia e possibilitando o desenvolvimento local.

Os municípios brasileiros vivem permanentemente em desequilíbrio financeiro devido à oscilação das receitas, visto que os recursos que recebem não satisfazem sequer as demandas necessárias à gestão do território. Outro fator de desequilíbrio é excesso de vinculações e sub-vinculações, ou seja, exigência de contrapartidas obrigatórias na formalização de convênios.

No entanto, quando se analisa os números da receita líquido-bruta do município de Nova Mamoré nos períodos estabelecidos, observa-se que houve uma leve queda nas receitas no exercício de 2013 quando comparadas ao exercício de 2012. Tal fenômeno pode ser atribuído aos estragos ocasionados pela grande cheia do rio Madeira, porém os exercícios subsequentes aos anos de 2014 e 2015 revelam um quadro de evolução da receita, contrariando os “discursos pessimistas” de quem ocupa o espaço de poder e de tomadas de decisões.

Dessa forma, merece destaque o levantamento junto aos balancetes financeiros da Prefeitura Municipal de Nova Mamoré correspondente aos períodos de 2012 a 2105 (Quadro 2), no sentido de observar a evolução de receita líquido-bruta.

Os números do Quadro 2 revelam uma evolução da receita municipal. No entanto, quando o industrial da madeira, senhor Laerte Queiroz, foi eleito no pleito eleitoral municipal de 2012, criou-se uma perspectiva de mudança no modelo de gestão paternalista e a revitalização/reinvenção do município através de projetos estruturantes no sentido de alavancar o desenvolvimento local. Porém, o modelo de política territorial colocado em ação não condiz com as perspectivas criadas no processo eleitoral em torno do desemprego, elevado consumo de drogas pela camada mais jovem, o nítido aumento da violência através de furtos a residências e estabelecimentos comerciais.

Quadro 02. Quadro de evolução de receita do Município de Nova Mamoré/RO

Receita	Impostos	Exercício			
		2012	2013	2014	2015
Municipal		1513166,33	1317403,56	2042316,54	2397648,46
	Taxas	308505,95	199459,06	351970,33	305867,28
	Iluminação Pública	227844,26	327393,90	280875,22	372950,96
	Multa/Juros/Moradia	63394,99	70044,81	38258,86	43453,73
	Indenização/Restituição	-	-	-	257822,75
	Receita da Dívida Ativa	163710,07	206618,87	202551,02	105252,49
	Receitas Diversas/Outras Receitas	142149,88	19901,85	35241,37	90463,62
	Rendimento/Aplicação/Receita Não Vinculado	19712,61	29336,28	91663,36	62025,98
	TOTAL	2438486,09	2170158,33	3042876,70	3635485,27
Estadual	ICMS	8183217,77	7778979,46	8381139,66	96831,65
	IPVA	393510,77	508713,37	737746,58	869730,22
	IPI EXP	12358,91	4611,05	27772,62	43458,43
	LC Desoneração	14774,04	13559,29	13169,88	14526,34
	CIDE	65139,74	3347,37	6781,30	27378,25
	TOTAL	8669001,23	8309201,54	9166610,04	10638258,24
Federal	FPM	9066071,95	9683169,16	11783786,10	12408380,54
	ITR	20438,76	20141,08	23418,70	26895,02
	IMP Ouro	3377,44	22240,19	24335,94	26023,02
	Transf.. Comp. Financeira	179521,92	141502,62	233633,85	196081,01
	Medida Provisória 193/04	-	200637,94	222741,47	-
	TOTAL	9269410,07	10067690,99	12287916,06	12657379,59
Programas e Convênios	Saúde	2633681,11	3458522,16	2776044,52	2828173,98
	Educação	854522,30	1023148,42	1063758,35	1118317,88

Federais	FNAS	389567,28	406911,06	433566,92	456614,76
	Prefeitura	737000,00	1975,00	456295505	3475,00
	Total Geral	9269410,07	10067690,99	12287916,06	12657379,59
FUNDEB		10163545,93	11081570,19	12196172,68	13283977,69
RPPS		2646060,64	3256468,31	5005217,92	5736528,37
RAFV		128457,55	379266,82	104101,63	384566,93
Total Geral		39666419,86	41024220,21	553134400,06	55264704,79

De certo modo, o discurso de “queda de receita” por parte de quem ocupa os espaços de poder e tomada de decisões na escala local, procura mascarar a existência de 250 cargos de confiança e diversas portarias com funções gratificadas. Nesse caso, o peso da folha de pagamento dos servidores públicos municipais de carreira, somado aos cargos comissionados e as funções gratificadas, inibem ações de políticas territoriais que podem produzir soluções para retomada do desenvolvimento local.

Na primeira década de 2000, o município de Nova Mamoré conviveu com a decadência do seu setor industrial, ou seja, o fechamento das indústrias madeireiras, o que acarretou em desemprego, diminuição da receita municipal e desvalorização local do urbano devido à falta da regularização fundiária dos imóveis urbanos e rurais.

Por fim, o município de Nova Mamoré é marcado pela desvalorização do conteúdo histórico e profundas desigualdades sociais. Para promover o desenvolvimento local da cidade, se faz necessário vencer as contradições socioeconômicas e estruturantes presentes no seu território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve por objetivo a compreensão das políticas territoriais aplicadas no município de Nova Mamoré visando o desenvolvimento local e a consequente obtenção de resultados políticos mediante o voto. Dessa forma, se fez necessário uma análise da representação política em escala local através da interpretação dos resultados eleitorais dos pleitos municipais.

Os dados eleitorais apresentados no Quadro 1 permitem verificar que o número de eleitores cresceu no município. Porém, a cada pleito eleitoral, a

quantidade de votos ao ex-prefeito José Brasileiro foi drasticamente reduzida, ou seja, o pleito eleitoral de 2008 revela um cansaço político por parte do eleitorado local para com o político em voga.

Outro ponto a ser observado é a fidelidade partidária em escala local. O prefeito Laerte Queiroz ganhou o pleito eleitoral de 2012 estando filiado ao PSDB, na janela eleitoral de 2016, trocou de legenda, filiando-se ao PMDB. O ex-prefeito José Brasileiro concorreu por três vezes ao cargo de prefeito filiado em três partidos diferentes.

O fim das “marcas de abandono” no território requer por parte dos gestores municipais planejamento de políticas territoriais que garantam a revitalização/reinvenção do território, fazendo com que o município assuma uma nova função e com isso promova o desenvolvimento local com base no capital social.

Portanto, quando surgem no texto as palavras revitalizar e/ou reinventar são somente maneiras de expressar o desejo local de que se “revitalize”, “renove”, “requalifique” ou “reabilite” o uso do território marcado por profundas desigualdades sociais e com marcas de abandono. Com base em conceitos geográficos, é o sentimento por uma nova significação ao território, atribuindo uma nova função ou novas funções com o objetivo de se humanizar os espaços marginalizados.

Conclui-se então que deve-se assumir a pobreza e a miséria como parte intrínseca de seu conteúdo histórico, tratando-se de reduzi-las por meio de políticas públicas pensadas para atrair investimentos do capital interno e externo conseqüentemente, agregando valor à produção local, possibilitando a geração de emprego e renda. Encerrando assim, o discurso pessimista sobre o lugar e os lugares, sujeitando os diferentes planos da vida a lógica da reprodução do bem-estar e da felicidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, H. L. de. **Poder Político local e a territorialidade do voto nas eleições municipais em Porto Velho (2008-2012)**. 2015. 198 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2015.

ALVAREZ, I. A. P. **As políticas espaciais contemporâneas e a reprodução do capital e do urbano**. Cidades, São Paulo, v. 9, n. 16, p. 63-85, 2012.

- BECKER, B. K. **Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva.** Espaço e Debates, São Paulo, n. 31, p. 47-56, 1991.
- CASSIRER, E. **O mito do Estado.** Tradução: Álvaro Cabral. 1 ed. São Paulo: Codex, 2003.
- CASTRO, I. E. de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições.** 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- COSTA, W. M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1988.
- DALLABRIDA, V. R. (org.). **Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais.** Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- FALEIROS, V. P. **O que é política social?** São Paulo: Ed. Brasiliense (Coleção primeiros passos), 2004.
- HAESBAERT, R. **Regional-Global: dilemas da região e regionalização na geografia contemporânea.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- HARVEY, DAVID. **Espaços de esperança.** Tradução: Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves – 7º ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2015.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados do levantamento populacional através do Censo,** 2010.
- LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- MARTINS, J. S. **O poder do atraso: ensaios de Sociologia da História Lenta.** São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT).** Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). Brasília: MI, 2005. 78 p.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- ROUSSEAU, J. J. **O contrato social.** Tradução: Antônio de P. Machado. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1968.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia.** Denise Elias (Col.). 6 ed. São Paulo: Edusp, 2012.
- SANTOS, M. **Técnica, Espaço e Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional.** 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 176p.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XX.** 15 ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- WEBER, M. **Três tipos de poder e outros escritos.** Tradução: Artur Ferreira Pires Morão. Lisboa: Tribuna da História, 2005.